n.º 147/97, de 11 Junho, foi criada, através do despacho n.º 23403/2008, de 16 de Setembro, uma linha de apoio ao alargamento da rede de educação pré-escolar, especialmente orientada para os concelhos que apresentam uma taxa de cobertura inferior à média nacional.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, no artigo 19.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março, determina-se que a linha de apoio financeiro definida no despacho n.º 23402/2008, de 16 de Setembro, é extensível às candidaturas que venham a ser apresentadas nos termos do edital que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

13 de Março de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

Edital

Alargamento da rede de educação pré-escolar

Abertura do regime de acesso ao apoio a conceder pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social à iniciativa dos Municípios e das Instituições Particulares de Solidariedade Social para o alargamento da Rede de Educação Pré-Escolar (2008/2009).

1 — A linha de financiamento agora disponibilizada visa apoiar iniciativas de alargamento do parque de educação pré-escolar apresentadas por Municípios e por Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparadas e abrange os concelhos pertencentes às áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa.

2 — O período de recepção das candidaturas decorrerá de 20 de Março a 20 de Abril de 2009, devendo ser submetidas ao Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), do Ministério da Educação, através do endereço www.prescolar.min-edu.pt.

3. São elegíveis as seguintes despesas:

- Estudos, projectos, assistência técnica e fiscalização;
- Obras de construção de raiz, de ampliação ou de adaptação de instalações que visem a criação de novas salas de pré-escolar;
- Arranjos exteriores envolventes, dentro do perímetro da área a afectar ao estabelecimento de educação pré-escolar;
- Mobiliário escolar, material didáctico e equipamento informático destinado a apetrechar as novas salas de educação pré-escolar.

4. O apoio a conceder pelos ministérios envolvidos, que assume a forma de subsídio não reembolsável, respeitará as seguintes condições:

- Nos concelhos da área metropolitana de Lisboa é aplicada a taxa máxima de co-financiamento de 50% sobre o valor das despesas elegíveis, pelo facto destes integrarem o objectivo competitividade regional e emprego no âmbito do QREN;
- Nos concelhos da área metropolitana do Porto é aplicada a taxa máxima de co-financiamento de 70% sobre o valor das despesas elegíveis, pelo facto destes integrarem o objectivo convergência no âmbito do QREN;
- A parte não co-financiada é suportada pelos beneficiários;
- Para efeitos de financiamento das despesas consideradas elegíveis nos termos definidos no ponto 3, os valores máximos de referência sobre os quais incidem as taxas de co-financiamento prevista nas alíneas a) e b) são os seguintes:

d1) Para a construção de novas salas de educação pré-escolar, incluindo a construção de raiz ou ampliação de instalações existentes, até 100.000 euros por cada sala de actividades;

d2) Para a execução dos arranjos exteriores envolventes, dentro do recinto escolar, 20% do custo total financiado para a construção de raiz e 10% do custo total financiado para a ampliação de instalações;

d3) Para a aquisição de mobiliário escolar, material didáctico e equipamento informático, destinados a apetrechar as novas salas de educação pré-escolar financiadas no âmbito do presente Edital, até 7.600 euros por cada sala.

5 — A dotação orçamental global para o apoio a conceder às intervenções aprovadas no âmbito do presente edital é de sete milhões de euros, dos quais três milhões e meio provenientes do Orçamento do Ministério da Educação e três milhões e meio provenientes dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, conforme o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março.

6. As condições e procedimentos inerentes à concessão de apoio estão disponíveis em www.prescolar.min-edu.pt.

7. Os beneficiários das candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor para a contratação dos mercados públicos, sem prejuízo dos projectos abrangidos

pelo regime previsto no Decreto-Lei n.º 256-A/2007, de 13 de Julho, bem como das normas e especificações técnicas nacionais e específicas instituídas pelo Ministério da Educação, em vigor.

8. O processo de apreciação e selecção de candidaturas decorrerá em duas fases:

A. Na fase de pré-selecção, as candidaturas serão apreciadas conjuntamente pelo GEPE e pelo Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS), de acordo com os seguintes critérios:

Contributo para o reordenamento da rede concelhia;

Taxa de cobertura de educação pré-escolar;

Número de salas a criar;

Grau de integração ou de associação dos estabelecimentos de educação pré-escolar com os vários equipamentos colectivos, nomeadamente com os centros escolares ou equipamentos de creche.

Projectos com financiamento público aprovado para outras respostas incluídas no mesmo equipamento, no âmbito de programas promovidos pela administração central.

O resultado da pré-selecção será comunicado às entidades concorrentes e publicitado nos portais do Ministério da Educação (www.min-edu.pt) e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (www.seg-social.pt), no prazo de 15 dias.

B. As candidaturas pré-seleccionadas deverão apresentar ao GEPE, no prazo de 15 dias, os seguintes elementos:

- proposta de intervenção, contendo memória descritiva e justificativa da mesma e elementos do projecto técnico devidamente esclarecedores da intervenção pretendida para o reordenamento da rede concelhia;
- quantificação dos custos previstos;
- identificação dos prazos previstos para execução da intervenção;
- comprovativo da aprovação do projecto técnico ou informação prévia de viabilidade de execução da intervenção, por parte do Município;
- declaração da entidade promotora quanto à forma de suportar a parte do investimento não financiada;
- declaração que comprove que as salas candidatas não foram objecto de financiamento comunitário ou nacional.

g. comprovativo da titularidade ou propriedade do terreno ou da edificação ou fracção, a intervencionar e a afectar ao estabelecimento da educação pré-escolar.

A selecção final de candidaturas a apoiar será efectuada conjuntamente pelo GEPE e pelo ISS, I.P., tendo em conta os critérios de selecção, as elegibilidades e os valores máximos de referência definidos.

O resultado será comunicado às entidades concorrentes e tornado público através de lista publicada nos portais do Ministério da Educação (www.min-edu.pt) e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (www.seg-social.pt), no prazo de 15 dias.

9 — Consideram-se aprovadas, para efeito do presente edital, as candidaturas apresentadas na área metropolitana do Porto no âmbito do Edital publicado em anexo ao Despacho n.º 23403/2008, de 16 de Setembro, as quais apesar de cumprirem todas as condições exigíveis, não foram aprovadas por ultrapassarem a respectiva dotação financeira.

10. O prazo máximo para a execução das obras é de 18 meses, contado a partir da data da comunicação da aprovação da candidatura.

11 — Os Municípios e as instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas poderão aceder a uma linha de crédito a juro bonificado, a criar para o efeito, destinada a suportar a parcela de despesa elegível financiada por estas entidades.

201628192

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 9621/2009

A comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital Central do Algarve foi nomeada pelo despacho dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde n.º 12498-B/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85, 1.º suplemento, de 2 de Maio de 2008, tendo sido nomeado coordenador da mesma o licenciado Pedro Dias Alves, consultor da Estrutura de Missão Parcerias.Saúde.

Entretanto, o coordenador da comissão nomeado foi chamado a desenvolver outras missões, que impossibilitam a plena assunção das responsabilidades que lhe foram cometidas no âmbito do referido concurso, pelo que urge proceder à sua substituição.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei

n.º 141/2006, de 27 de Julho, procede-se à alteração da composição da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital Central do Algarve, nos termos seguintes:

1 — É nomeado coordenador da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital Central do Algarve o licenciado Joaquim Grave Ramalho, vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., para substituir, nessa qualidade, o licenciado Pedro Dias Alves.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

30 de Março de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

201631886

Despacho n.º 9622/2009

A comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital de Todos os Santos foi nomeada pelo despacho dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde n.º 10926-B/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, 1.º suplemento, de 14 de Abril de 2008, tendo sido nomeado coordenador da mesma o licenciado Pedro Dias Alves, consultor da Estrutura de Missão Parcerias.Saúde.

Entretanto, o coordenador da comissão nomeado foi chamado a desenvolver outras missões, que impossibilitam a plena assunção das responsabilidades que lhe foram cometidas no âmbito do referido concurso, pelo que urge proceder à sua substituição.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 141/2006, de 27 de Julho, procede-se à alteração da composição da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital de Todos os Santos, nos termos seguintes:

1 — É nomeada coordenadora da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital de Todos os Santos a licenciada Teresa Maria da Silva Sustelo, presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., para substituir, nessa qualidade, o licenciado Pedro Dias Alves.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

30 de Março de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

201631894

Despacho normativo n.º 15/2009

O Decreto-Lei n.º 271/2007, de 26 de Julho, diploma que definiu a missão e as atribuições do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., adiante designado por INSA, I. P., determinou que a organização interna deste Instituto seria prevista nos seus estatutos, os quais foram aprovados pela Portaria n.º 812/2007, de 27 de Julho.

Os estatutos do INSA, I. P., estabelecem que a estrutura e organização de cada departamento, bem como as competências e organização dos serviços descentralizados, são definidas em regulamento interno.

Assim:

Nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 12.º e da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 41.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e dos artigos 2.º, n.º 9, e 4.º, n.º 2, dos estatutos do INSA, I. P., aprovados pela Portaria n.º 812/2007, de 27 de Julho, determina-se o seguinte:

É aprovado o Regulamento Interno do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., anexo ao presente despacho.

25 de Março de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro*.

ANEXO

Regulamento de organização e funcionamento do INSA, I.P.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento define a organização e funcionamento da estrutura interna do INSA, I.P.

Artigo 2.º

Organização geral

1 Para a prossecução da sua missão e atribuições o INSA, I.P., está estruturado em departamentos de natureza técnico-científica.

2 Para prestar o apoio indispensável à prossecução dos seus objectivos o INSA, I.P., organiza-se em serviços de apoio à investigação, de gestão e de administração, bem como em assessorias de apoio técnico especializado.

3 O INSA, I.P., tem dois serviços descentralizados no Porto: o Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira e o Centro de Genética Médica Doutor Jacinto Magalhães.

4 Para promoção da difusão da cultura científica e conservação do património histórico o INSA, I.P., dispõe do Museu da Saúde.

CAPÍTULO II

Departamentos

SECÇÃO I

Noção e âmbito

Artigo 3.º

Departamentos

1. Os departamentos concretizam as atribuições do INSA, I.P., através da realização de actividades de investigação e desenvolvimento em ciências da saúde, referência e garantia da qualidade, observação do estado de saúde da população, incluindo a vigilância epidemiológica, a prestação de serviços e a formação.

2 São departamentos do INSA, I.P.:

- a) O Departamento de Alimentação e Nutrição;
- b) O Departamento de Doenças Infecciosas;
- c) O Departamento de Epidemiologia;
- d) O Departamento de Genética;
- e) O Departamento de Promoção da Saúde e Doenças Crónicas;
- f) O Departamento de Saúde Ambiental.

3 Os departamentos mencionados no número anterior cooperam entre si na prossecução da missão e atribuições do INSA, I.P.

Artigo 4.º

Competências gerais

São competências gerais dos departamentos:

- a) Identificar as necessidades em saúde no âmbito científico e técnico do departamento, bem como as respostas apropriadas;
- b) Promover e realizar actividades de investigação e desenvolvimento no domínio das ciências da saúde;
- c) Gerar evidência para a tomada de decisão em saúde;
- d) Assegurar as funções de referência e de garantia da qualidade;
- e) Observar o estado de saúde da população, incluindo a realização de vigilância epidemiológica;
- f) Capacitar recursos humanos para a satisfação das necessidades em saúde e apoiar a actividade conducente à obtenção de graus profissionais e académicos;
- g) Realizar acções de promoção e divulgação da cultura científica;
- h) Cooperar com instituições nacionais e internacionais no domínio das ciências da saúde;
- i) Prestar serviços e consultoria científica e técnica a entidades públicas e privadas.

Artigo 5.º

Estrutura e funcionamento

1. Cada departamento estrutura-se em unidades, as quais podem ser desagregadas em núcleos e ou laboratórios, que de forma articulada contribuem para a prossecução dos seus objectivos.

2 Cada departamento dispõe de um núcleo de apoio para organização dos procedimentos necessários à devida articulação com os demais departamentos, serviços de apoio à investigação, gestão e administração e ainda com as assessorias de apoio técnico especializado.

3 A responsabilidade pelos departamentos, assim como a orientação das unidades, laboratórios e núcleos, cabem a coordenadores designados pelo conselho directivo, de entre profissionais de reconhecido mérito técnico e científico do INSA, I.P., ou de outras instituições públicas ou privadas, não implicando a criação de cargos dirigentes.